

A Luta por Terra, Território e Educação do Campo no Assentamento Terra Vista

Khalil Augusto Botelho Nogueira

khalilbotelho@gmail.com

Pós-Graduação *Lato Sensu* em
Educação do Campo – UNEB,
Departamento de Educação – *Campus X*.

Resumo

Este trabalho se propõe, fazer uma reflexão sobre a luta pelo direito a terra e por educação do campo, tendo como espaço de análise o Assentamento Terra Vista, no município de Arataca - Ba. A pesquisa buscou analisar as lutas dos moradores pelo direito a terra, território e educação do campo no Assentamento Terra Vista, o qual ocorreu em um período de profundas transformações no cenário regional, assolado por décadas de crises econômicas e sociais. A pesquisa em questão, segundo seus propósitos e objetivos classifica-se como exploratória e descritivo. Segundo aos métodos empregados em sua análise, será qualitativa. Para a realização se utilizou a pesquisa de campo, através de questionários, entrevistas semiestruturadas, observação na comunidade e o mapeamento do espaço físico e sociocultural. Utilizou se também, de pesquisa bibliográfica para embasamento teórico, entrevistas, pesquisa em periódicos, jornais regionais, revistas e publicações específicas locais dos movimentos sociais assentados. Desta forma urge a necessidade de evidenciar a luta da comunidade Terra Vista por educação de qualidade no campo.

Palavras-chave: Educação do campo; assentamento; lutas camponesas.

The Struggle for Land, Territory and Rural Education in the Terra Vista Settlement

Khalil Augusto Botelho Nogueira

khalilbotelho@gmail.com

Lato Sensu Postgraduate in
Rural Education – UNEB,
Department of Education – *Campus X*.

Summary

This work aims to reflect on the struggle for the right to land and rural education, taking as an analysis space the Terra Vista Settlement, in the municipality of Arataca - Ba. The research sought analyze the struggles of residents for the right to land, territory and rural education in the Terra Vista Settlement, which occurred in a period of profound transformations in the regional scenario, devastated by decades of crises economic and social. The research in question, according to its purposes and objectives, is classified as exploratory and descriptive. Depending on the methods used in its analysis, it will be qualitative. To carry it out, used field research, through questionnaires, semi-structured interviews, observation in the community and the mapping of physical and sociocultural space. Bibliographical research was also used to theoretical basis, interviews, research in periodicals, regional newspapers, magazines and specific publications locations of settled social movements. Therefore, there is an urgent need to highlight the community's struggle Terra Vista for quality education in the countryside.

Keywords: Rural education; settlement; peasant struggles.

1 - Introdução

Este trabalho se propõe, fazer uma reflexão sobre a luta pelo direito a terra e por educação do campo, tendo como espaço de análise o Assentamento Terra Vista, assentamento da reforma agrária localizado no município de Arataca - Ba. (FERNANDES, 2007, p. 4), coloca que “a luta pela terra é a luta por um determinado tipo de território: o território camponês”. É esse território de lutas e conquistas que iremos passar a conhecer no decorrer deste trabalho.

Para entender o Território faz-se necessário refletir sobre o espaço. (LEFEBVRE, 1991), enfatiza que o espaço é a materialização da existência humana. O espaço é a totalidade, segundo a definição de Milton Santos, o espaço é “o conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório (SANTOS, 1996, p. 51). Nesta definição estão contemplados a natureza e a sociedade.

Desta forma, partimos da ideia que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Portanto, para este estudioso, as transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço.

O assentamento Terra Vista, como evidenciaremos no percurso deste estudo, é um destes territórios construídos a partir da luta do camponês e suas relações sociais no processo de produção do espaço.

A formação do território é sempre um processo de fragmentação do espaço. Para (GOTMAN, 1973, p. 1 - 15), os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências.

Como os Territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade, desta forma a caracterização fundamental é a relação social que o produz (FERNANDES, 2007, p. 8).

Portanto o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS, 2002, p. 9).

O Assentamento Terra Vista, localiza-se, às margens da BR 101, e da BA 676, no Território de Identidade Sul da Bahia – Brasil, área rural, distante 4,8 km da sede do município de Arataca e está distante da Capital baiana 500km. O território do Assentamento, se constitui de uma área de 913ha de terras, ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –

MST. A área é banhada pelo Rio Una, também conhecido por Rio Aliança, área do bioma Mata Atlântica da zona tropical e está localizado aos pés do Parque Nacional da Serra das Lontras.

O município de Arataca, está inserido na zona cacauzeira no Sul da Bahia, tendo como municípios limítrofes: Camacã, Jussari, Santa Luzia, São José da Vitória e Una. Sua área territorial total é de 435,962 km² (IBGE, 2022), e sua área urbana é de 0,84 km² (IBGE, 2019). Sua população segundo o censo é de 10.904 habitantes, tendo uma densidade de 23,4 habitantes por Km² (IBGE, 2021).

O município de Arataca, tem sua origem no município de Santo Antônio da Barra de Una, distrito criado com a denominação de Xapuri (Rio manso), pelo decreto n° 8.045, de 23 de abril de 1932, e estava subordinado ao município de Una, pelo decreto Lei Estadual n° 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto Estadual n° 12.978, de 1° de junho de 1944, o distrito de Xapuri tomou a denominação de Arataca, sendo desmembrado deste em 09 de maio 1985, pela Lei Estadual n° 4.442. Em divisão territorial de 1988, sendo constituído de 2 distritos: Anurí e Itatingui.

Nos áureos tempos de produção da lavoura cacauzeira o município chegou a contar com população de aproximadamente 18.000 habitantes (IBGE, 2007).

Arataca, (nome indígena que quer dizer armadilha de pegar onça), é uma cidade de base agrícola no plantio de cacau (*Theobroma cacao*), café (*Coffea*) e pimenta do reino (*Piper nigrum*). No século XIX, teve sua economia fortalecida com o cultivo da seringueira (*Hevea brasiliensis* L) e no plantio de cacau (*Theobroma cacao*), (COSTA, 2020, p. 3).

Desta forma, a pesquisa buscou analisar as lutas dos moradores do assentamento Terra Vista, por Terra e por educação de qualidade em um Assentamento da Reforma Agraria, as quais ocorreram em um período de profundas transformações no cenário regional, assolado por décadas de crises econômicas e sociais.

Como se processou o projeto de implantação do modelo de educação camponesa vinculada à cultura, aos valores e a luta dos trabalhadores do campo em um território dominado pela concepção de educação tradicional rural?

Para tanto, buscamos responder alguns questionamentos. Identificar onde a luta por terra e direito a educação do campo se encontram; Demonstrar a importância Histórica da luta por educação do Campo; Dar visibilidade aos atores da luta por educação do campo no assentamento Terra Vista.

2 - Metodologia

A pesquisa em questão, segundo seus propósitos e objetivos classifica-se como exploratória. Segundo aos métodos empregados em sua análise, teve caráter qualitativa.

Para a realização se utilizou a pesquisa de campo, através de questionários, entrevistas semi-estruturadas, observação na comunidade e o mapeamento do espaço físico e sociocultural. Utilizou se também, de pesquisa bibliográfica para embasamento teórico, entrevistas, pesquisa em periódicos, jornais regionais, revistas e publicações específicas locais dos movimentos sociais assentados, sobretudo os materiais produzidos pelo MST.

Os jornais utilizados na pesquisa, A Região, fazem parte do acervo colhido pelo autor. Foi também utilizado material da Agencia Senado.

Foram também utilizadas, material visual produzido pela Teia dos Povos, alusivos as comemorações dos 32 anos do assentamento Terra Vista.

Durante o processo de pesquisa de campo foram realizadas entrevistas, rodas de conversa e bate-papos com moradores, alunos e professores do assentamento Terra Vista e das cidades assistidas pelos projetos e unidades de ensino implantadas no território estudado.

As entrevistas foram realizadas em formato de vídeo e depois transcritas. Um segundo modelo de pesquisa foi utilizado usando a plataforma Forms App, contudo, o material não foi inserido neste trabalho. Os materiais colhidos, e os dados, tabelas e vídeos, serão utilizados em outros artigos futuros, os quais darão continuidade a outras etapas da pesquisa.

3 - As origens das Lutas por terra na região

A Luta pelo acesso à terra na Região Sul do Estado da Bahia é anterior ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O primeiro registro é o da criação da Comunidade Rural Fazenda do Povo, no município de Ipiaú, em 1963; e a “luta dos posseiros”, no município de Canavieiras, em 1984.

Essa primeira experiência de reforma agrária, da comunidade Rural da Fazenda do Povo, visava amparar os atingidos pelas secas ocorridas entre os anos de 1962 e 1963 e teve a prefeitura de Ipiaú como órgão responsável pela implementação do projeto, o qual atendeu também a trabalhos de Regiões vizinhas (**BRUNO et al., 2016**).

A segunda experiência de reforma agrária ocorreu no município de Canavieiras, com a ocupação da Fazenda Puxim, Sarampo, Francônia e Serra da Onça, atualmente a área das duas

últimas Fazendas citadas estão localizadas no município de Santa Luzia, após divisão territorial ocorrida em 1985 com a elevação do então distrito a condição de cidade. O movimento ficou conhecido à época como “luta dos posseiros”, e tendo as Fazendas Puxim e Sarampo de início, suas áreas desapropriadas pelo INCRA, para a finalidade de reforma agrária. Diferente do processo ocorrido na experiência do município de Ipiaú, pacífico, em Canavieiras, ocorreram inúmeros conflitos, com a ocorrência de mortes violentas, fatos ocorridos na Fazenda Sarampo. As mortes ocorreram pela ação de pistoleiros que reprimiam a ocupação realizada pelos parceiros como eram conhecidos os posseiros (AGUIAR; PIRES, 2022).

Os conflitos na Região, ocasionaram a morte de inúmeras pessoas, com a morte de posseiros, pistoleiros e fazendeiros. As terras em litígio foram desapropriadas em 1985, contudo, o projeto de assentamento rural do Puxim e Sarampo somente seria criado em 2001, após transcorridos 16 anos do início do conflito (FREITAS, 2009 apud MELIANI, 2014).

4 - O MST e sua atuação na Bahia

Em janeiro de 1985, era fundado o MST, contudo, foi no I Congresso Nacional, realizado em Curitiba, onde foram elaborados os objetivos e princípios organizativos do movimento e onde se decide o processo de expansão da luta para os demais Estados do Brasil.

No Estado da Bahia, diversas lutas de posseiros, de pequenos proprietários e de movimentos sociais rurais precederam também o MST, como fora evidenciado anteriormente.

Segundo (OLIVEIRA, 2010), em 1986 foram enviados alguns militantes do Sul do País para a Bahia, com o propósito de realizarem contatos com lavradores Sem Terra, com grupos de base da Igreja Católica (principalmente a Pastoral da juventude) e com sindicatos (STR) na Região do Extremo Sul. Ainda nesse ano foi realizada a primeira assembleia regional do MST na cidade de Itamaraju, com a participação de cerca de 120 lavradores Sem Terra, onde definiram três pontos de orientação para a luta.

(AGUIAR e PIRES, 2022), destacam que na Região extremo sul do Estado normalmente o MST ocupava áreas mais interiorizada, o que acabava por dar menos visibilidade aos objetivos do movimento perante a sociedade e não facilitava o deslocamento das pessoas e o escoamento de seus produtos.

Em 7 de setembro de 1987, foi realizada a primeira ocupação de terras na Bahia. A área pertencente a FLONIBRA (Florestas Nipônico Brasileiras), empresa dedicada ao reflorestamento de eucalipto para celulose, mas que se dedicava principalmente à exploração de carvão vegetal, que tornou-se o Assentamento 4045, localizado no município de Alcobaça.

Dessa ocupação participaram 300 famílias, mas só foram assentadas 134 famílias. As demais realizaram a segunda ocupação de terras no Estado, no município do Prado, dando origem ao Assentamento Riacho das Ostras.

Desta forma, em 1989, o MST da Bahia inicia sua regionalização pelo Sul do Estado, onde foi organizada sua primeira intervenção, na Fazenda Rodotec, localizada no município de Camamu. Com a organização dos posseiros, o movimento acumulou forças para a realização da primeira ocupação de terras na região Sul da Bahia, na Fazenda Mariana, no mesmo município, onde em 1993 foram assentadas 80 famílias. Essa região seria futuramente dividida em duas microrregiões de atuação do MST; a sul e a baixo sul (1997).

Em função da experiência da ocupação realizada no extremo sul do Estado, (AGUIAR e PIRES, 2022) colocam que o movimento decidiu que no Sul dariam preferência a ocuparem terras que fossem próximas de rodovias e de cidades, ou seja áreas que fossem estratégicas.

No início da década de 1990, a região Sul da Bahia constituiu-se num campo fértil para a expansão do MST, sua primeira ocupação de terra foi a Fazenda Bela Vista, em 08 de março de 1993 com a participação de 300 famílias que resultou na conquista do assentamento Terra Vista, no município de Arataca.

5 - Educação e terra como ferramentas emancipatórias

A educação é a melhor herança que o indivíduo pode herdar. E de todos os bens, é também o único que mesmo em meio às maiores vicissitudes da vida não se perde, e sua acumulação não expropria o outro, ao contrário é vetor de transformação coletiva.

Partindo desta premissa, de que a educação é um vetor de transformação social, surge a partir da luta e articulação dos movimentos sociais, respectivamente em 1997 com I Encontro de Educadores da Reforma Agrária e em 1998, na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, o embasamento que desencadearia a luta pelo acesso dos sujeitos do campo à Educação/Escola do Campo, pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis, e a consolidação da concepção e do projeto da Educação do Campo, entendida como educação dos sujeitos, organizações e movimentos sociais do campo (ARAÚJO, 2023, p. 27).

Desta forma entende-se a Educação do Campo, como um direito, como força emancipadora, construída pelos e com os sujeitos do campo, a qual é pensada a partir das especificidades e do contexto do campo e de seus sujeitos, objetivando uma formação consciente e responsável na sociedade.

O paradigma da Educação do Campo, concebe a educação em uma perspectiva ampla e por isso pressupõe, no projeto da educação escolar a valorização tanto do conhecimento socialmente produzido quanto acumulado e historicamente legitimado quanto os saberes construídos na experiência concreta, ou seja, nos espaços de trabalho, na luta e na convivência humana local (ARAUJO, 2023, p. 30).

A história da educação brasileira tem sido o registro de uma dívida histórica para com as classes populares, em especial as do meio rural. Dados oficiais constataam déficits quantitativos e qualitativos nessa área. A população do campo não teve acesso à educação escolar por quase cinco séculos de histórica e quando esta chegou tratava-se de uma educação precarizada. As evidências estão nos dados da pesquisa realizada pelo INEP/PRONERA/FIPE/USP em 2004 que confirma este fato.

A educação do campo nesse contexto vem romper com a lógica de que é preciso "estender" a educação para o campo. E reafirma a necessidade da construção de uma educação no campo pensada, "*desde o lugar e com a participação do campo camponês, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas e sociais*", (CALDART, 2008, p. 45).

Pode-se afirmar então que para os Movimentos Sociais do campo a Educação do Campo é um projeto de educação da classe trabalhadora do campo. Assim pensada, a educação delimita um território que não é o território do mercado imposto pelo capital, (CALDART, 2008, p. 50).

Assim sendo, a característica central da Educação do Campo defendida pelos movimentos sociais é o fato de ter nascida colada nas lutas sociais pela terra, pelos direitos sociais dos trabalhadores, entre eles o direito à educação, rompendo com o terreno das barganhas e dos favorecimentos políticos. Dessa forma, só tem sentido a educação do campo se esta estiver sendo implementada junto com um projeto popular de desenvolvimento do campo e de sociedade que se quer construir, ou seja, é preciso que os movimentos se interroguem cotidianamente sobre essas questões, (ARAÚJO, 2007, p. 48).

6 - A conquista do Território: assentamento Terra Vista, por terra e educação

O Assentamento Terra Vista, localiza-se, às margens da BR 101, e da BA 676, no Território de Identidade Sul da Bahia – Brasil, área rural, distante 4,8 km da sede do município de Arataca e está distante da Capital baiana 500km. O território do Assentamento, se constitui de uma área de 913ha de terras, ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –

MST. A área é banhada pelo Rio Una, também conhecido por Rio Aliança, área do bioma Mata Atlântica da zona tropical e está localizado aos pés do Parque Nacional da Serra das Lontras.

O assentamento Terra Vista é fruto da luta do movimento dos trabalhadores Sem Terra – MST, no Sul da Bahia, Região historicamente ocupada pela monocultura do Cacau.

A ocupação das terras da fazenda Bela Vista foi realizada em 8 de março de 1992 e sua conquista definitiva aconteceu em 1994.

Com o lema “Ocupar, resistir e produzir”, foi construída as estratégias e planos para ocupação e consolidação do acampamento. O local era estratégico, pois a fazenda está localizada as margens da BR 101, visando posteriormente facilitar o escoamento da produção. Outro fator levado em consideração era o de dar visibilidade ao movimento e viabilizar o MST.

O Sr. Joelson Oliveira, relata que a estratégia utilizada na ocupação foi a de “enfrentamento de massa com 350 famílias, composta por mulheres, crianças, e homens, marchando em direção a fazenda Bela Vista, acreditando sempre que a força estava com o povo”.

Posteriormente a ocupação da fazenda, foi montada uma frente que atuasse na educação das crianças. Conseguiram livros doados pela prefeitura de Arataca para que pudesse garantir o ensino de matérias básicas e dar continuidade aos estudos.

D. Tereza, guardiã das sementes crioulas, relata em documentário fílmico alusivo aos 32 anos de aniversário da conquista das terras as dificuldades enfrentadas por ela e os demais assentados.

Outro importante depoimento sobre o processo de luta pelas terras do Assentamento Terra Vista, nos é dado por Sr. Louro, em seu relato ele evidencia a dureza e as dificuldades enfrentadas pelos assentados, a discriminação e o preconceito sofrido e os constantes embates com as forças estatais.

D. Odete, traz outro emocionante relato do processo de luta pela terra no assentamento Terra Vista em seu princípio e detalha as relações de amizade construídas ao longo da dura jornada de luta e trabalho enfrentadas pelos assentados.

As unidades escolares Florestan Fernandes, escola municipal e o Colégio Estadual CEEPFCC, são frutos das lutas encampadas pela comunidade Terra Vista desde a ocupação da área da antiga Fazenda Bela Vista, como era conhecida o espaço onde foi instalado o assentamento, a qual ocupava área de 900 hectares. A ocupação da fazenda foi realizada no dia 08 de março de 1992 em referência distintiva às comemorações ao dia internacional da mulher.

Durante o processo de ocupação, ocorreram cinco despejos, em meio de muitas incertezas e tensões, dois anos após a ocupação, em 1994, a Fazenda Bela Vista, foi decretada como área de interesse social, o que se consolidou em junho de 1994, como Assentamento Terra Vista.

Segundo a moradora e liderança do Assentamento, Sr. Solange Brito: “essa vitória foi uma das mais importantes para a expansão do movimento em todo o território da Bahia e significou uma grande derrota para os latifundiários e coronéis da Região do Cacau” (MST – Bahia, 2018).

Logo após a ocupação e a construção do acampamento em 1992, os primeiros passos em busca de educação de qualidade no campo foram dados e com a conquista da área, o processo de luta por “uma educação de caráter emancipatório tiveram centralidade na comunidade” (MST – Bahia, 2018).

Definida a área e emitida a documentação de posse, as famílias acampadas decidiram que “ao conquistar a terra iriam construir uma escola para seus filhos serem doutores” (MST – Bahia, 2018).

A história da educação no Assentamento não é diferente de outras áreas do MST. Isso quer dizer que logo após o acampamento ser consolidado, o melhor espaço da casa da fazenda ou o melhor barraco de lona preta foi destinado para escola, “isso mostra a preocupação da organização com a educação de suas crianças e no Terra Vista não foi diferente”, explica a Sr. Solange Brito, da coordenação do Assentamento.

D. Solange Brito, conta também que a luta, pela construção das escolas no assentamento, teve início quatro anos depois que as famílias se assentaram, “Após muitas reivindicações do MST foi possível conquistar em 1998 a Escola de educação Básica que recebeu o nome de Centro Integrado Florestan Fernandes, atendendo os níveis da educação infantil, do ensino fundamental I, e do ensino fundamental II e da Educação de Jovens e Adultos (EJA)” (MST – Bahia, 2018).

Em seguida ao processo de implantação da escola Florestan Fernandes, o assentamento iniciou outra luta, “As famílias assentadas sentiram a necessidade de construir uma escola que atendesse o ensino médio na comunidade. Nesse sentido, em conjunto com outras comunidades da região, foram em busca de uma escola que ofertasse o ensino médio no assentamento” (MST – Bahia, 2018).

O objetivo da comunidade assentada era de construir uma escola de ensino profissionalizante para atender os filhos de assentados e de oferecer educação a toda sociedade que assim desejasse estudar no Assentamento.

O Sr. Joelson Ferreira, liderança do Assentamento Terra Vista, também relata as dificuldades, preconceitos e o perigo enfrentados por adultos, mulheres e crianças na época para a conquista da realização da conquista do local onde pudessem estudar.

Imbuídos coletivamente neste propósito de luta pelo território e por Educação de qualidade para seus filhos e assentados os espaços da escola Florestan Fernandes e do Colégio Milton foram construídos. Escolas que são frutos das lutas do movimento dos trabalhadores sem Terra, frutos dos que aqui chegam e que aqui ocuparam e dos que aqui passaram a construir suas vidas e suas histórias.

O sonho, o fruto do trabalho, da luta, da resiliência dos assentados, foram realizados em 30 de novembro de 2010, com a inauguração do Colégio Estadual Milton Santos, o qual logo depois foi renomeado para Centro Estadual Profissional do Campo Milton Santos e atualmente é designado como Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos. A moradora do assentamento Sr. Solange Brito, enfatiza que a unidade, “foi o primeiro centro temático do Campo criado no Estado”.

Em 2015, a comunidade do assentamento Terra Vista, retornam ao campo de luta por melhores condições e melhorias da educação do campo para o Centro de educação profissional CEEP do Campo Milton Santos, o “Milton” representa uma grande vitória do MST, da comunidade assentada e de toda Região Sul da Bahia.

A comunidade no dia 05 de agosto de 2015, por volta das 8 horas da manhã fecham a BR 101, próximo ao trevo de Arataca e manteve a pista fechada por duas horas.

Os manifestantes carregavam faixas com os dizeres “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”. Além de faixas do MST.

De acordo com Eva Morais, professora do CEEP do Campo Milton Santos, “Nós convocamos os estudantes a se juntarem nessa mobilização pois já completou 5 meses que os professores contratados na modalidade Prestação de Serviço Temporário – PST estão sem receber seus proventos. Diante dessa situação decidimos paralisar a BR-101 por duas horas para chamar a atenção da Secretaria de Educação, do Governo Estadual e da sociedade civil como um todo sobre nossa situação” (Teia dos Povos, 2018).

A Sr. Solange Brito, moradora do Assentamento Terra Vista, diretora do CIFF e mãe de dois jovens que estudam no CEEP do Campo Milton Santos, explica que “é

preciso ter solidariedade com esses trabalhadores, pois eles estão vendendo sua força de trabalho e merecem receber por isso.” “Por isso que esta mobilização conta com a presença de moradores do Assentamento Terra Vista e Rio Aliança, estudantes, professores e terceirizados do Centro Integrado Florestan Fernandes (CIFF) e do CEEP do Campo Milton Santos” (Teia dos Povos, 2018).

O Sr. Joelson Ferreira, membro da coordenação do Assentamento Terra Vista, pai de dois jovens que estudam no CEEP do Campo Milton Santos, agradeceu a colaboração dos motoristas que tiveram sua rotina alterada pela manifestação, ”Ele lembrou ainda que é direito de todos os trabalhadores se manifestarem e lutarem por seus direitos” (Teia dos Povos, 2018).

O Colégio CEEPFCC Milton Santos em seus 15 anos de funcionamento, é um espaço democrático de excelência do ensino público, gratuito e de qualidade.

O espaço de educação é fruto da luta dos trabalhadores do campo, e atende a um universo de cerca de oito municípios do Território Litoral Sul.

7 - Considerações

Este trabalho se propôs, fazer uma reflexão sobre a luta pelo direito a terra e por educação do campo, tendo como espaço de análise o Assentamento Terra Vista, no município de Arataca - Ba.

A pesquisa buscou analisar as lutas dos moradores pelo direito a terra, território e educação do campo no Assentamento Terra Vista, o qual ocorreu em um período de profundas transformações no cenário regional, assolado por décadas de crises econômicas e sociais.

Verificou-se o protagonismo dos trabalhadores Sem Terra na luta por terra, território e na consolidação do assentamento Terra Vista em um período de profundas transformações econômicas e sociais na Região Cacaueira da Bahia.

Verificou-se também uma reestruturação no formato de ocupação e resistência do movimento social MST, que na região cacaueira teve características singulares as apresentadas no Extremo Sul baiano.

Podemos perceber uma elevação da consciência da realidade de forma a alcançar a emancipação política de forma a transformar a realidade a qual estava inserido o trabalhador da lavoura do cacau. Percebemos ainda que essa mudança ocorreu de forma radical com a

mudança de paradigma de luta, objetivando alcançar seus interesses assumindo a condição de autores de suas próprias histórias e destinos.

Neste processo de luta e transformação, a educação teve caráter basilar. A luta por espaços onde a comunidade pudesse ter acesso a educação de qualidade foi gestado de forma embrionária desde a conquista do território do assentamento Terra Vista. Pois entendeu-se que “nenhum projeto político se sustentaria se não possuísse um forte lastro de apoio na Juventude” (FERREIRA, 2022, 79).

Desta forma, percebe-se, que se faz necessário uma educação que mantenha o jovem no território, que combata o empoderamento da juventude pela via do consumo capitalista, proporcione uma formação política integral e associada ao trabalho, que apresente valores e virtudes para a transformação do mundo e que expanda a capacidade criativa.

Desta forma percebemos a importância da comunidade ter as suas próprias escolas, que algumas vezes são antagônica às escolas da prefeitura e do Estado, pois estas estruturas impedem os indivíduos de caminharem com suas próprias pernas em virtude destes espaços oficiais serem baseados no individualismo e não na coletividade.

Por fim verificou - se que a luta contra o sistema deve ser contínuo e persistente objetivando a consolidação das transformações no território e a sua ampliação.

8 - Bibliografia

- AGUIAR, P. C. B. de; PIRES, M. de M. Sustentabilidade ambiental no assentamento Terra Vista, Arataca, Bahia, Brasil. Revista Tocantinense de Geografia – Online, 2022.
- ARAUJO, Maria Nalva Rodrigues de. As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra. Salvador. FAGED/UFBA, 2007. 346 pp. Tese de Doutorado.
- BRUNO, N. L.; AGUIAR, P. C. B. de; PROFICE, C. C.; FERRAZ, M. I. A Socioeconomia da Comunidade Rural Fazenda do Povo de Ipiáú, Bahia, Brasil. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, n. 57, p. 289-331, julho/diciembre 2016.
- CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Campo. *Políticas públicas*: educação. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).
- COSTA, L.de O. Memorial virtual perolas negras do Rio Aliança: Uma ferramenta pedagógica interdisciplinar no fortalecimento da identidade negra na educação profissional do/no campo. Estudos IAT, Salvador, v. 5, n. 3, p. 127-138, out., 2020.
- FERNANDES, B. M. 27 Anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). Reforma Agrária de desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamento rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co - editor], 2008. Pp. 27-52.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela terra, reforma agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2007.

- FERREIRA, Joelson. Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil/Joelson Ferreira, Erashsto Felício; prefácio de TünyCwe Wazahi Tremembé (rosa Tremembé). – Arataca (Ba)/; Teia dos Povos, 2021.
- GOTTMANN, Jean. The significance of territory. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.
- LEFEBVRE, Henry. The Production of Space. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTANA, E. B. REFORMA AGRÁRIA: análise socioeconômica e ambiental dos assentamentos rurais do Estado da Bahia e da Região intermediária Ilhéus-Itabuna. 107f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas públicas) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus: UESC, 2020.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o Território. In Território territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da universidade Federal fluminense – associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.
- MELIANI, P. F. (2014). Políticas Públicas e Produção do Espaço no Sul da Bahia: Análise da Situação por Município dos Projetos de Reforma Agrária na Microrregião Ilhéus-Itabuna. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, 3(1), 231-255.
- MORENO, Oscar; HARDOY, Jorge E. Tendências e alternativas de reforma urbana. In: PAVIANE, Aldo. Exclusão social pelo desemprego: lacunas de trabalho. In: VASCOCELOS, Pedro de Almeida; MST – Bahia, 2018.